



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Reunião Ministerial de Fim de Ano

O que hoje temos é mais uma reunião de trabalho. As festas natalinas que se aproximam, com seu espírito de fraternidade e solidariedade, inspiram-nos em nossa missão de servir melhor ao Brasil.

A reconquista da democracia, obra de todos nós, assegurou o primado da liberdade, mas não garantiu por si mesma o acesso à prosperidade.

Este governo, eleito pelo povo depois de longos anos, não parou um só instante de trabalhar pelo País, e se orgulha de haver contribuído para consolidar o processo democrático. Este governo, com a hipoteca de seu esforço e dedicação, reitera seu compromisso inarredável de busca da prosperidade para todos, em clima de paz e justiça social. Reitera porque esta foi a plataforma prioritária de nosso programa desde os tempos da campanha, e este foi também o espírito do programa de estabilização que lançamos em 15 de março último, há apenas nove meses.

Dizíamos, e reafirmamos, que um país próspero é um país livre e justo. Por isso, entramos em campo para derrotar os dois inimigos mais terríveis dos brasileiros — a inflação e a corrupção.

«O Plano de estabilização foi a primeira resposta deste governo às aspirações mais profundas da nação brasileira.»

Sabíamos que, para reconstruir a sociedade, tínhamos, antes, que eliminar os mecanismos perversos que a vinham correndo. Vitima da espiral inflacionária e da tolerância ética, o Brasil convivia, como se natural fosse, com a afronta à lei, o desrespeito à pessoa humana, o favoritismo, a impunidade, a insegurança. As importantes conquistas políticas da cidadania corriam perigo. Parecia eternizar-se a surrada promessa de vermos o Brasil como um país viável apenas no futuro.

O Plano de estabilização foi a primeira resposta deste governo às aspirações mais profundas da nação brasileira. Sobre a base de um conjunto sólido, corajoso e coerente de medidas, o País pôde começar a reorganizar o setor produtivo, sanear as finanças, agilizar a administração, definir a presença do Estado na economia, criando as condições necessárias à retomada do desenvolvimento, num ambiente econômico marcado por perspectivas realistas de recuperação e modernidade.

Desencadeamos o combate contra a inflação para proteger o poder de compra dos trabalhadores e da classe média brasileira. Lançamos o programa econômico para premiar a eficiência, melhorar a produtividade, promover a desestatização da economia, estimular a competição sadia, banir privilégios e deter o sucateamento da extraordinária capacidade produtiva do País. Determinamos a redução severa da máquina administrativa e a transparência do serviço público para desmerecer o fisiologismo, o paternalismo e o tráfico de influências. Iniciamos um vigoroso e amplo programa de desregulamentação para facilitar a vida dos cidadãos úteis e, ao mesmo tempo, complicar a dos que, em meio a uma enxurrada de normas, se habituaram ao malabarismo de proteger seus interesses pessoais e imediatos, em detrimento do interesse coletivo.

«A convergência de esforços não
significa convergência de opiniões.»

Oferecemos à sociedade brasileira um programa responsável de recuperação nacional, porque é com cidadãos responsáveis que temos de administrar este País. O balanço de nossa atividade ainda não pode ser estimado com precisão, porque estamos há apenas nove meses no Governo. Dois indicadores, no entanto, animam-nos a crer havermos apreendido corretamente os sentimentos majoritários da sociedade brasileira. Primeiro, a imediata reação dos detentores de privilégios na economia nacional às medidas adotadas pelo Governo. Segundo, a mobilização dos setores mais expressivos da sociedade clamando por iniciativas — coincidentes ou não com as do Governo — que, acima de tudo, protejam o interesse da maioria e corrijam as distorções do passado, promovendo o desenvolvimento, preservando o meio ambiente, planejando uma melhor distribuição de renda, projetando os direitos humanos, punindo os desonestos, buscando a eficiência e estimulando a competição.

O caminho rumo à prosperidade começa quando Governo e sociedade se tornam parceiros na tarefa de buscar soluções para os problemas nacionais. Numa democracia, onde os interesses da maioria devem determinar a ação do Estado, gerir o País é necessariamente um verbo plural. As decisões de alcance comunitário são patrimônio coletivo. Daí exigirem o debate e o entendimento entre os agentes sociais envolvidos. O melhor governo haverá de ser aquele que, na sua autoridade e na sua liderança, souber encarnar o papel de braço executivo da vontade nacional. Assim como a sociedade mais dinâmica e justa será aquela que, rechaçando o paternalismo, se dispuser a participar ativamente do processo decisório, em parceria com o Governo e em estreita sintonia com o interesse nacional.

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Secretários de Governo,

A convergência de esforços não significa convergência de opiniões. O Plano econômico de meu governo mereceu o apoio

dos brasileiros por coincidir com o desejo majoritário de mudança para recuperar, modernizar e dignificar nossa sociedade. Com esse mandato, intervimos na raiz dos males que detinham nosso crescimento e comprometiam nossa evolução. Agora podemos iniciar uma segunda fase nas relações entre Governo e sociedade civil.

A inflação continua a ser combatida com absoluta determinação. Suas causas estão sob controle. O risco da hiperinflação, iminente em março último, ficou definitivamente afastado.

Os mecanismos viciados da economia foram banidos. O mercado hoje estimula a produção à base de práticas legítimas de competição, e não mais à sombra da reserva cartorial. Produzir voltou a ser vantajoso, sobretudo se a eficiência, não a margem abusiva de lucros, for o objetivo.

«Estamos prontos para a segunda
fase de nosso governo.»

A abertura ao exterior promete revitalizar os setores produtivos, oferecendo à população brasileira produtos melhores e mais baratos.

O padrão ético do novo Governo, ao não admitir desvios de procedimento e de gestão, restabeleceu a lisura dos códigos de conduta e varreu de vez a impunidade do nosso meio social.

A determinação de assumir a vanguarda do movimento para preservar o meio ambiente, proteger os direitos de todos os brasileiros, a começar pelas crianças, combater o narcotráfico e eliminar os riscos de utilização errônea da energia nuclear colocou-nos na linha de frente dos países preocupados em melhorar a qualidade de vida do nosso planeta.

Estamos prontos para a segunda fase de nosso governo. Arrumada a casa, e com o benefício do que aprendemos com a experiência desses nove meses, podemos iniciar os preparativos para fazer o País prosperar. Muito já fizemos; um nada, entretanto, se comparado com o que temos à frente. Muito já conse-

guimos; e muito mais conseguiremos se crescerem o apoio e o empenho da sociedade brasileira.

A reforma do Estado apenas começou. Ao desregulamentar o funcionamento da vida pública, imprimimos maior dinamismo à atividade econômica e maior eficácia à ação governamental, mas ainda precisamos amadurecer essas mudanças, bem como aprofundar e acelerar os processos de desestatização. Ao enxugar a máquina administrativa, nosso objetivo foi valorizar os recursos humanos. É com o cidadão que pretendemos trabalhar, criando e atraindo competências; treinando, reciclando e premiando a eficiência; descartando a uniformidade mediocrizante e incentivando a produtividade. Serviço público é um serviço ao público. Por isso, nossa reforma haverá de subsistir concentrada, nessa segunda fase do Governo, mais no homem que na máquina.

O compromisso com a saúde de nossos recursos naturais precisa transformar-se em ação eficaz. Para isso, temos trabalhado junto à comunidade internacional, em busca de cooperação. Não precisamos, porém, esperar apoio externo para cuidar da saúde dos brasileiros. Em nove meses, já pudemos localizar vários focos de malversação de fundos na área da saúde. Nessa segunda fase do Governo, vamos continuar na ofensiva, na luta contra uma das maiores enfermidades nacionais: o descaso com a saúde pública.

A recuperação e a modernização do setor produtivo também apenas foram iniciadas. As novas regras não nasceram do novo Governo. Estavam escritas em nosso programa eleitoral, largamente sufragado nas urnas, e, antes disso, estavam inscritas nas tendências internacionais de um mundo onde só há lugar para sociedades inequívoca e solidariamente comprometidas com a modernidade.

Modernidade implica o fortalecimento do Estado em áreas de interesse coletivo e, ao mesmo tempo, o favorecimento do setor privado na produção de mercado, mantido o mesmo zelo de que temos podido compartilhar com o Congresso e a opinião pública para o aprofundamento e a rapidez do processo de desestatização. Modernidade implica ainda inversões maciças do Estado em educação e, das empresas, na inovação tecnológica e no esforço de pesquisa. Modernidade, enfim, exige recuperar o

avanço tecnológico, peça-chave da retomada de nosso desenvolvimento e da justa distribuição de renda, bem como resgatar nossa dívida com segmentos expressivos da sociedade, ainda relegados à obscuridade das letras e da ciência, em prejuízo da dignidade humana.

«Queremos sentar à mesa de trabalho
dos países pós-industrializados
com a autoridade de todo um esforço
nacional de desenvolvimento
e modernização.»

Sob o impulso dessa modernidade, poderá o Brasil mais facilmente reafirmar sua vocação universalista e seu peso específico no concerto de nações, buscando sua inserção efetiva no núcleo dinâmico das relações internacionais. Reivindicamos maior participação nas principais correntes de comércio e fluxo de capitais, e acesso desimpedido a tecnologias de ponta, a partir de um modelo interno de abertura e de oportunidade para todos, e de um processo de integração regional que promete incorporar, não excluir, parceiros e áreas de cooperação. Queremos sentar à mesa de trabalho dos países pós-industrializados com a autoridade de todo um esforço nacional de desenvolvimento e modernização. Estamos fazendo por merecê-lo.

Só para os que lucram com a miséria alheia ou não sabem sobreviver sem as benesses de um Estado autoritário e paternalista, 1991 haverá de ser sombrio. Sem dúvida, será um ano de muito trabalho. Provavelmente, de algum sacrifício. Mas a energia e a coragem não nos faltarão agora que parecem mais necessárias do que nunca.

Senhores Ministros de Estado,

Senhores Secretários de Governo,

Convoqueio-os hoje para juntos convidarmos a sociedade brasileira a que continue a nos ajudar, visto que é por ela que trabalhamos. O entendimento nacional não tem dono, porque não se pode prestar à utilização política. O entendimento nacio-

nal é imperativo de uma nação determinada a modernizar-se. Governo, políticos, trabalhadores, empresários, donas-de-casa, homens do campo, estudantes, os brasileiros todos, somos protagonistas privilegiados dessa tarefa histórica que meu governo empreende, e que o Brasil haverá de patrocinar.

Como homens públicos, servimos à Nação, a seus representantes, a seus cidadãos. Sempre estaremos abertos ao diálogo; quando possível, à harmonização de posições; quando inevitável, ao debate honesto e objetivo. Nosso sentido de Governo é nosso sentido de missão e de consciência.

Junto de seus familiares, durante as festas de Natal e de fim de ano, proponho que recuperem as energias postas na maratona de nosso trabalho cotidiano. O que nos espera é um Brasil com sede de mudanças, e mudanças já! Conto com esta equipe para acelerar nossa jornada em direção a um Brasil mais próspero e melhor, jornada que haverá de ser vitoriosa, com a ajuda de Deus.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na reunião ministerial de fim de ano,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 21 de dezembro de 1990.*